



ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Cáceres-MT, 16 e 17 de Julho de 2015.

01 Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, no Auditório
02 “Edival dos Reis”, na Cidade Universitária, sito a Av. Santos Dumont, nº 1.095,
03 Bairro DNER, em Cáceres-MT, iniciou-se a 2ª Sessão Ordinária de dois mil e
04 quinze do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade do
05 Estado de Mato Grosso – UNEMAT; sob a presidência da professora Dra. Ana
06 Maria Di Renzo (Reitora da UNEMAT/Presidente do Conselho), a qual foi
07 secretariada por mim, Silvana Mara Lente. A presidente do Conselho inicia
08 dando as boas vindas a todos os conselheiros presentes, reforçando quanto à
09 responsabilidade frente ao conselho, sendo uma tarefa de fundamental
10 importância, sobretudo para o fortalecimento do conselho. Como foi estipulado
11 na sessão anterior foi possível realizar a eleição para a nova composição e a
12 realização desta segunda sessão ordinária. Para o expediente do dia passa a
13 palavra à professora Vera Lucia Rocha Maquea, a qual na oportunidade
14 cumprimenta a todos os conselheiros, informando sobre a participação da Pró-
15 Reitoria na ABRUEM, que acaba de chegar de uma reunião em Brasília onde
16 todas as IES levaram seus índices de evasão, e os dados são alarmantes, o
17 índice de evasão no Brasil é muito grande, e a ABRUEM quer fazer um estudo
18 sobre isso, pois há um problema instalado, uma vez que tem muitas pessoas
19 fora da universidade, e, ainda muitos dos nossos cursos não tiveram
20 preenchimento das vagas, e, que os alunos da nossa universidade são estes
21 que concorrem, e o grande problema está na matemática e no português.
22 Esclarece o motivo da alteração do Encontro de Gestores, informando a nova
23 data para o período de 01 a 03 de setembro com foco na gestão da graduação,
24 onde está sendo discutido a organização dos nossos currículos e nosso sistema
25 de crédito, pensando na flexibilidade e mobilidade acadêmica. Que já houve uma
26 reunião com os Diretores Administrativos, Políticos pedagógicos e Supervisores
27 de Recursos Humanos e espera repetir estas reuniões de trabalho. Que o
28 encontro dos gestores irá discutir o que se levantou nos *campi*, e o evento será
29 dinâmico, interativo para garantir os espaços de fala. O professor Francisco
30 Lledo se apresenta enquanto pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da



01 | Informação sendo bem objetivo fala do Planejamento Estratégico Participativo, e
02 | que nas próximas semanas irá terminar as reuniões com um encontro em
03 | Cáceres e outro em Tangará. Que foi feito um ofício ao governador para
04 | recuperar algumas competências e melhorar a infraestrutura, assinado inclusive
05 | com os diretores de todos os *campi*. Também a retomada do setor de projetos
06 | da universidade, a fim de contribuir para a universidade, e, a luta da garantia
07 | financeira pelo estado, que estão trabalhando para conseguir uma liberdade,
08 | juntamente com a autonomia financeira. E, qualquer assunto nos *campi* sobre
09 | planejamento orçamentário e financeiro poderá convocar a pró-reitoria para
10 | contribuições necessárias. O professor Alexandre Porto de posse da palavra se
11 | apresenta e informa que está ocupando a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, e
12 | que vem trabalhando nas reformulações das resoluções, e algumas já irão
13 | passar hoje nesta sessão, inclusive a constituição da Câmara de Extensão, onde
14 | tem membros do Conselho Municipal de Cultura, que vem trabalhando para a
15 | creditação da extensão nas matrizes curriculares, e que na universidade a pró-
16 | reitoria de graduação tem conhecimento e apoio esta questão, onde dez por
17 | cento dos cursos deve ser extensão. O edital de bolsa de extensão já será
18 | publicado e a Jornada Científica em setembro, que o secretário de Estado de
19 | Cultura já se pronunciou em apoiar as ações de extensão da universidade. A
20 | servidora Ana Lúcia Matiello cumprimenta a todos e esclarece sua função na
21 | pró-reitoria de Administração e que compõe a mesa representando o então Pró
22 | Reitor Valter Gustavo Danzer, que já tinha uma agenda e não pode se fazer
23 | presente. Quanto às ações da pró-reitoria a mais relevante foi esta reunião com
24 | os diretores, a equipe da DARS juntamente com a PROEG e Controle Interno
25 | onde se conseguiu o avanço em alguns pontos como os trâmites processuais,
26 | havendo a reformulação da Instrução Normativa 006 que trata dos documentos
27 | exigidos para a contratação docente, que já será definida nova data para que
28 | este encontro seja bem maior, para que todos os setores onde tramitam os
29 | processos de contratação têm a solidariedade e o compromisso para que não
30 | haja atraso no lançamento dos processos. Informa sobre a implantação da
31 | instrução normativa dos motoristas e pede que os *campi* façam suas
32 | contribuições para informar que vem dando certo. Que quanto às resoluções



01 também está acompanhando as alterações juntamente com todas as pró-
02 reitorias. O professor Anderson, pró-reitor de Assuntos Estudantis cumprimenta
03 a todos e se apresenta, passando a contextualizar sobre a composição da
04 comunidade acadêmica hoje, com pessoas que vem de inúmeros lugares do
05 Brasil e, que a discussão como a permanência dos acadêmicos é de grande
06 interesse para sua pró-reitoria, que vai trabalhar mais com os recursos do
07 PINAEST 2013 onde se está sendo adquiridos sete ônibus para os cursos de
08 ciências agrárias para atender as demandas de aula campo. E que ainda será
09 adquirido outros para atender a todos os *campi*, que atendeu aos auxílios
10 alimentação e moradia e que alguns não foram preenchidos, e que serão
11 convocados os próximos classificados, que irá levar acadêmicos para um
12 intercâmbio com experiência sócio cultural, onde o acadêmico de baixa renda
13 com envolvimento com movimentos sociais para trocar experiências com jovens
14 alemães, e que a universidade está envolvida neste intercâmbio há três anos.
15 Edital Santander sendo contemplado com uma bolsa, aqui com análise de
16 mérito, e que depende de aprovação da outra universidade, este é com a IBERO
17 AMERICANA, a bolsa é em torno de três mil euros para passar o semestre. Está
18 aberto os auxílios para participação de eventos aos acadêmicos, e, que está
19 sendo aplicado alguns critérios com vistas a atender maior número de
20 acadêmicos. Deseja boas vinda a todos e que seja produtivo os trabalhos. O
21 professor Rodrigo, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação apresenta as ações
22 da mesma, sobre discussão de pesquisa, da pós-graduação, e já com edital de
23 bolsas de iniciação científica, esclarece quanto às bolsas da FAPEMAT, fala
24 sobre a Jornada Científica, e que algumas questões estão sendo tomadas para
25 as pós-graduações como o calendário e os trâmites a serem obedecidos. Que
26 espera a criação de uma câmara de pós-graduação para resolver alguns
27 problemas internos para a distribuição de recursos, esclarecendo sobre o
28 financiamento da pós-graduação no Brasil com os cortes e a possível
29 inviabilidade daqui a uns dias. Existe um GPÓS já organizado para os meses
30 futuros para se discutir sobre às pós-graduações e ainda um edital financiado
31 pela FAESPE para atender as propostas de realização de eventos que não
32 foram atendidos pela FAPEMAT. O vice-reitor passa aos informes da reitoria



01 esclarecendo que os conselheiros têm papel fundamental, inclusive com a
02 constituição das câmaras, sobretudo a necessidade de estudos sobre as
03 matérias, sendo assim co-responsáveis com a gestão central. Fala sobre o
04 Jornal da universidade, e pede ajuda dos conselheiros para avaliação deste
05 material, e que a Assessoria de Comunicação estará percorrendo os *campi* para
06 o levantamento das ações que estão sendo realizadas em cada *campus*. Que a
07 avaliação institucional sempre acentua a carência de comunicação interna e a
08 falta de divulgação de informações. Que o Comitê de Ética está criado
09 atendendo a Lei 102/2012 com três profissionais atuantes e três suplentes. Que
10 é preciso tratar a universidade nos espaços institucionais, que reprovação ou
11 evasão não é problema de reitor e sim um debate nacional. Cumprimenta o
12 servidor Wanderley e demais presentes nesta sessão. Que não tem fazenda e
13 nem políticos para ajudar a pagar multas, e, que não vai pagar multa sozinha.
14 Que no processo de contratação de professores não pode ser de última hora,
15 onde se monta um processo de teste seletivo, e depois ocorre a morosidade no
16 processo, gerando sérios problemas apontados pelo Tribunal de Contas. Que é
17 preciso organizar para ter apenas um seletivo por ano, que é preciso se respeitar
18 o servidor do recurso humano. Que ninguém quer fazer gestão nos cursos e
19 faculdades e senão tiver ninguém à reitoria irá designar alguém. Sobre as
20 questões dos cortes federais não é uma particularidade do Brasil há outros
21 países realizando cortes também. Cumprimenta o professor Leonir, presidente
22 da ADUNEMAT. Que a normativa dos motoristas é para ser respeitada, e quanto
23 ao Planejamento Estratégico Participativo é preciso se organizar as ações e os
24 gastos. Que está fazendo gestão para com a tarefa da garantia financeira da
25 instituição e que está sendo feito o planejamento para dez anos, sendo
26 necessários a participação e estudos para alavancar a instituição. Que é preciso
27 se juntar as propostas de eventos e ter uma padronização quanto aos valores, e
28 que sejam propostos em conjunto no *campus*, a fim de atender todas as
29 demandas. Que é preciso defender a FAPEMAT para que ela seja fortalecida, e
30 quanto à reitoria itinerante está aguardando a convocação da demanda. Que
31 entende que os informes são necessários e serão mantidos em cada sessão. O
32 vice- reitor professor Ariel passa as apresentações da execução orçamentária da



01 | instituição, fazendo toda a explanação quanto ao cenário financeiro e a realidade
02 | da instituição, onde a execução da universidade é feita por meio de uma
03 | previsão e posterior execução de despesas e às vezes cortes das despesas
04 | frente às alterações sofridas. Fala sobre a emenda constitucional n. 66 com
05 | início em 2012 com 2,0% devendo chegar em 2018 com 2,5%. Apresenta o
06 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado e esclarece onde se
07 | pode buscar no site do governo do estado. Explicando todo o processo da
08 | execução orçamentária, os valores que deixaram de ser repassados pelo estado
09 | à universidade, os números para execução orçamentária da universidade para
10 | 2015, que os órgãos de controle estão tendo uma condição técnica financeira
11 | para supervisionar acirradamente todas as ações, e, a atividade fim com
12 | dificuldade de pessoal, de capacidade técnica e tecnológica. Depois de realizado
13 | todos os esclarecimentos quanto à questão financeira da universidade, encerra
14 | sua fala. A presidente procede à solenidade de posse dos conselheiros
15 | presentes: Segmento docente - Luiz Fernando Caldeira Ribeiro, Juvenal Silva
16 | Neto, José Wilson Pires Carvalho, Fernando Selleri Silva, Elias Antonio Morgan,
17 | Luiz Carlos Chiaregatto, Heloisa Salles Gentil, Lóriége Pessoa Bitencourt, Jesus
18 | Vieira de Oliveira, Marcelo Leandro Holzschuh, Ralf Hermes Siebiger, Hilton
19 | Giovani Neves, Jairo Luís Fleck Falcão, Elei Chavier, José Leonildo Lima,
20 | Vandoir Holtz, Samuel Laudelino Silva, Emivan Ferreira da Silva, Hélio Vieira
21 | Júnior, Vandersézar Casturino, segmento de técnico - Clades Zimmermann,
22 | Joniel Santana da Silva, Eder Correia Salomão, Reginaldo Lopes Alencar,
23 | Steffano Scarabottolo, Roberto Tikao Tsukamoto Junior, segmento discente -
24 | Tamires Garcia Oliveira, Keila Mara da Costa, Alexandre Pereira do Amaral,
25 | Diego Barros Cunha. Com mandato para os representantes docentes e técnicos
26 | de 16 de julho de 2015 a 15 de julho de 2017 e, para os representantes
27 | discentes de 16 de julho de 2015 a 15 de julho de 2016. Com justificativa de falta
28 | os conselheiros: Maria do Socorro de Souza Araújo, Helena Soares Ramos
29 | Cabette, Edson Júnior Heitor de Paula, Celice Alexandre Silva, Isaias Munis
30 | Batista. Registram-se as ausências não justificadas por descumprimento de
31 | prazo legal para justificativa de falta, dos conselheiros: Ana Aparecida Bandini e,
32 | Rossi Jorge Silveira Dias. E, ainda as ausências não justificadas dos



01 | conselheiros: Ana Aparecida Bandini Rossi, Carlinho Viana de Sousa, Ronaldo
02 | José Neves, Fernanda Mosseline Josende Coan, Ocimar Edson de Oliveira,
03 | Everton Almeida Barbosa, Ana Aparecida Morais de Oliveira, e, Itamar Lucas
04 | Grubert. A servidora Marilaine responsável pelo Cerimonial da Universidade faz
05 | a entrega dos pelerines para que cada representante do *campus* possa levar e
06 | entregá-los aos Diretores Políticos Pedagógicos. Lembrando a reitora que os
07 | mesmos são das cores constantes no brasão da universidade e que trazem
08 | bordado o nome da instituição, reforçando que precisamos ter uma identidade, e
09 | que tão logo será apresentada, discutida e aprovada no conselho uma minuta de
10 | resolução para normatizar e padronizar as solenidades de colação de grau da
11 | instituição. Passa-se ao intervalo com retorno em quinze minutos. Retomada a
12 | sessão ato contínuo, após a contabilização do *quorum* a presidente declara
13 | aberta a segunda sessão ordinária de dois mil e quinze, passando para a
14 | definição da ordem do dia com a leitura da pauta proposta. E, em seguida
15 | passa-se à abertura de inclusão de pauta. Proposta de Programa de Pós
16 | Graduação *strict sensu* em Letras – Sinop; Alteração da Resolução 028 que trata
17 | da desobrigação de formalização de convênio para a realização de estágio; e,
18 | Inclusão da disciplina Programação II nos PPCs dos cursos de matemática do
19 | *Campus* de Barra do Bugres e Sinop em atendimento ao solicitado pelo
20 | Conselho Estadual de Educação. Em regime de votação: 28 votos favoráveis,
21 | ficando aprovada a inclusão das pautas. Ato contínuo passa-se a retirada de
22 | pauta: Item 5.1 Regimento do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*
23 | Mestrado em Ecologia e Conservação – *Campus* de Nova Xavantina. Em regime
24 | de votação: 28 votos favoráveis, ficando aprovada a retirada da pauta. Não
25 | havendo inversão de pauta, fica definida a ordem do dia e iniciam-se as
26 | discussões das pautas: 1. HOMOLOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES AD
27 | REFERENDUM DE 2015 - 001/2015 Aprova o projeto do Curso de Pós-
28 | Graduação Lato Sensu em “Economia Solidária e Políticas Públicas”, a ser
29 | executado no Campus Universitário “Jane Vanini” em Cáceres-MT. 002/2015
30 | Aprova o projeto do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em “Educação de
31 | Jovens e Adultos”, a ser executado no Campus Universitário de Sinop. 004/2015
32 | Aprova e autoriza a implementação do Programa de Pós-Graduação Stricto



01 Sensu em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM. 005/2015 Aprova e
02 autoriza a implementação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
03 Geografia – PPGGEO. O Relator professor Rodrigo esclarece quanto às
04 resoluções dos cursos de *lato sensu* as quais foram retiradas de pauta na
05 sessão anterior, e, autorizado a expedição de *ad referendum* para serem
06 homologados nesta sessão visto que os cursos já iniciaram, e os dois
07 Programas de Mestrado também são projetos submetidos em anos anteriores e
08 aprovados agora pela CAPES, sobretudo pelos cortes de bolsa. Em regime de
09 votação: 28 votos favoráveis, ficando homologadas por unanimidade as
10 resoluções *ad referendum*. Resoluções 003/2015 Aprova o Calendário
11 Acadêmico específico para o curso de Bacharelado em Medicina do Campus
12 Universitário “Jane Vanini” em Cáceres – UNEMAT e, 006/2015 Altera a
13 Resolução nº 014/2014-Ad Referendum do CONEPE que aprova o Calendário
14 Acadêmico referente ao ano letivo 2015, semestres 2015/1 e 2015/2, da
15 Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. A relatora professora Vera
16 Maquea esclarece quanto à resolução 003/2015 visto a greve dos acadêmicos
17 de medicina e a necessidade de cumprimento dos dias letivos. Esclarece ainda
18 quanto à obediência da confirmação da matrícula dos acadêmicos dentro do
19 previsto no calendário normal. E a resolução 006/2015 que trata do novo
20 calendário acadêmico após a greve docente, onde se organizou o semestre de
21 2015/1 e as férias docentes. Em regime de discussão: O conselheiro
22 Vandersézar atenta para as férias docentes no calendário o qual está iniciando
23 num sábado, o que provocaria a perda de dois dias de férias, com proposta de
24 recontagem para início na segunda feira, com retorno no dia 04 de agosto. O
25 presidente da ADUNEMAT professor Leonir reforça a fala do professor
26 Vandersézar, sobretudo por haver professores que terão dificuldades com
27 internet e acesso ao SAGU para lançamento das informações no diário. A pró-
28 reitora de graduação afirma que no último semestre foram pouco os professores
29 com atraso em lançamentos. A técnica Valci esclarece as limitações na
30 alteração deste calendário em decorrência do término do semestre 2015/2, com
31 as provas finais e entrega de diários nas Secretarias Acadêmicas. O conselheiro
32 Lima pede esclarecimento quanto aos sábados se são ou não letivos. A



01 | professora Vera esclarece que isso varia de acordo com cada curso e que terá
02 | curso, por exemplo, que se alterar muito este calendário deverão se reorganizar
03 | para atender toda a carga horária do curso. A presidente esclarece que na
04 | reestruturação dos cursos se pensa em aumento da carga horária e se
05 | esquecem da qualidade, depois desenvolvendo aulas corridas e sem qualidade
06 | para o cumprimento da carga horária da disciplina, e isto precisa ser repensado.
07 | O conselheiro Luiz Fernando propõe que a Semana Pedagógica seja transferida
08 | para a segunda semana do início do semestre 2015/2 para que haja tempo ao
09 | diálogo e organização da mesma. A professora Vera esclarece que quanto a
10 | semana pedagógica, este é de suma importância, sobretudo para os docentes
11 | com formação em bacharelado e ainda para os formados em licenciaturas para
12 | que haja um repensar pedagógico e que este tema estará sendo tratado no
13 | encontro dos gestores em setembro. Encaminhamentos: Proposta 01.
14 | Conselheiro Vandersézar; aumento de um dia a mais de férias com retorno em
15 | 04 de agosto. Proposta 02. Conselheiro Hélio; aumento de dois dias a mais para
16 | lançamento no SAGU; e Proposta 03. Conselheiro Luiz Fernando; Semana
17 | pedagógica na segunda semana após o início do semestre letivo 2015/2. A
18 | presidente faz considerações quanto aos representantes discentes do conselho
19 | no sentido de contribuírem para com os acadêmicos e que estes passem a
20 | cobrar mais as garantias de seus direitos previstos na Normatização Acadêmica.
21 | Quanto à reprogramação de datas a professora Vera e a técnica Valci
22 | esclarecem como poderia ficar então o calendário acadêmico, com término em
23 | 23 de dezembro, e entrega de notas no mesmo dia, sendo preciso pensar a
24 | questão das provas finais para o cumprimento do mesmo. O professor José
25 | Ricardo reforça o compromisso de todos os envolvidos neste processo para que
26 | não haja atraso no fechamento do sistema e reabertura do mesmo para a re-
27 | matrícula. O presidente da ADUNEMAT reafirma que é preciso também garantir
28 | os direitos dos docentes. A presidente ressalva a preocupação com
29 | treinamentos dos professores interinos, que nem sempre recebem orientações
30 | sobre o SAGU no *campus*. O conselheiro Alexandre lembra que os docentes
31 | quase sempre deixam para lançarem as informações no sistema nas últimas
32 | semanas do semestre. O conselheiro Reginaldo reforça que os docentes devem



01 fazer lançamentos constantes, sobretudo com esta proposta de fechamento do
02 semestre e reabertura do semestre seguinte para re-matrícula. O conselheiro
03 Joniel reforça que para o fechamento do semestre é preciso o lançamento do
04 diário no sistema. O presidente da ADUNEMAT esclarece que sua preocupação
05 é exatamente com os professores interinos que por vezes demoram a ter acesso
06 ao SAGU, ficando prejudicados seus lançamentos por demora de senha para
07 acesso e limitações com internet. A presidente ressalta que os contratos não
08 deverão demorar mais. O servidor Eduardo esclarece que o coordenador do
09 curso não deve demorar a solicitar a inclusão do docente para acesso ao
10 sistema e que tão logo o faça é disponibilizado para o docente a senha de
11 acesso e o tutorial do sistema. O conselheiro Luiz Fernando pede
12 esclarecimento se o *Decisum* nº 124/2000 se está vigente, e, em caso positivo, é
13 só fazê-lo cumprir, pois trata dos encaminhamentos a serem dado quando o
14 docente deixa de entregar os diários em tempo estabelecido. A professora Vera
15 reforça que deixar de entregar diário também implica em prejuízos aos
16 acadêmicos, e que isto perpassa pela avaliação, não sendo atendido o previsto
17 em normatização, é preciso se estabelecer a transparência neste processo entre
18 docentes e discentes. A técnica Valci lembra que a definição desta proposta de
19 calendário foi definido conjuntamente com o sindicato dos professores. Em
20 regime de votação a resolução 003/2015: 28 votos favoráveis, ficando
21 homologada por unanimidade. Em regime de votação a resolução 006/2015: 06
22 votos favoráveis, 19 votos contrários, 00 abstenção de voto, ficando não
23 homologada a resolução *ad referendum*. Em regime de votação a proposta 01
24 do conselheiro Vandésézar: 19 votos favoráveis, 00 votos contrários, 05
25 abstenções de votos, ficando aprovada por este conselho. Registra-se a
26 declaração de voto da conselheira Tamires: “Me abstenho de votar referente as
27 férias de professor”. Em regime de votação a proposta 02 do conselheiro Hélio:
28 13 votos favoráveis, 11 votos contrários, 01 abstenção de voto, ficando aprovada
29 por este conselho. Em regime de votação a proposta 03 do conselheiro Luiz
30 Fernando: 18 votos favoráveis, 07 votos contrários, 02 abstenção de voto,
31 ficando aprovada por este conselho. Registra-se a declaração de voto do
32 conselheiro Jairo Falcão: “Abstenção quanto a mudança da data da semana



01 pedagógica no segundo semestre letivo de 2015, porque não vejo diferença
02 quanto as datas pois o planejamento deve ser realizado com antecedência”.

03 Registra-se a declaração de voto do conselheiro Emivan Ferreira: “A abstenção
04 em relação à proposta da semana pedagógica ser na segunda semana do
05 semestre letivo 2015/2, é que este conselheiro entende que não faz nenhuma
06 diferença. A presidente esclarece que a resolução 006/2015 será alterada para
07 inclusão dos itens votados neste conselho. Esclarece quanto a composição e os
08 trabalhos das comissões instituídas pelo conselho e passa ao segundo ponto de
09 pauta: 2. RESULTADO DAS COMISSÕES INSTITUÍDAS PELO CONEPE -
10 Comissão instituída pela Resolução nº 053/2015-CONEPE – TIDE - Comissão
11 instituída pela Resolução nº 054/2015-CONEPE. A presidente esclarece que a
12 comissão sofreu alterações em sua composição para inclusão de representantes
13 da ADUNEMAT, e passa a palavra aos relatores professor Evaldo e professor
14 Luiz Carlos. O professor Evaldo de posse da palavra cumprimenta a todos e
15 esclarece aos conselheiros sobre a constituição da comissão e os trabalhos
16 realizados pelos membros da comissão, as atividades a serem realizadas pelos
17 docentes e suas respectivas pontuações, onde cada comunidade acadêmica irá
18 discutir estes pontos, assim a comissão pede a prorrogação para a entrega dos
19 resultados e parecer da comissão para a próxima sessão, pois aguardam as
20 informações dos *campi* para se tornar minuta a ser encaminhada para este
21 conselho, pede a alteração do nome da comissão e ainda a inclusão do
22 representante discente para esta comissão. O professor Leonir esclarece que
23 quando faz suas argumentações enquanto sindicato se espera regulamentar não
24 só apenas a dedicação exclusiva, como também o tempo de trabalho em regime
25 de 20 e 30 horas; e que se coloque na regulamentação o tempo de dedicação
26 para participação em atividades pedagógicas dos docentes em 20 e 30 horas. O
27 professor Luiz Carlos esclarece que os trabalhos da comissão está bastante
28 elevado, que os senhores conselheiros receberão o saldo dos trabalhos
29 realizados até aqui, que está sendo respeitado a valorização das atividades
30 diárias. A presidente esclarece que está se regulamentando regime de trabalho,
31 e que não seria possível colocar em votação um trabalho apresentado em 2012,
32 que seja apreciado aqui neste conselho e que espera se implantar, ainda que



01 tenha que ser reformulada a cada tempo. O conselheiro Luiz Fernando
02 apresenta as propostas: 01. Prorrogação de prazo para a próxima sessão
03 ordinária do conselho. 02. Inclusão do nome de representante discente; 03.
04 Alteração do nome da comissão de TIIDE para regulamentação de Regime de
05 Trabalho. A presidente coloca em regime de votação as três propostas em bloco.
06 Em regime de votação: 28 votos favoráveis, ficando aprovadas as três por
07 unanimidade. Passa-se a indicação e eleição do representante discente, ficando
08 como representante discente Tamires Garica Oliveira do curso de pedagogia de
09 Sinop. Ficando ampliada a constituição da comissão como se segue: Evaldo
10 Ferreira (Presidente - representante segmento docente); Luiz Carlos Chierogatto
11 (representante segmento docente); Luiz Fernando Caldeira Ribeiro
12 (representante docente – indicado pelo CONEPE); Jânio Celso Silva Veiga
13 (representante docente – indicado pelo CONEPE); Rogério Benedito da Silva
14 Añez (representante da COPAD); Leni Hack (representante da COPAD); Alcione
15 Lescano de Souza Junior (representante docente – indicado pela ADUNEMAT);
16 Leonir Amantino Boff (representante docente – indicado pela ADUNEMAT);
17 Clades Zimmermann (representante PTES – indicado pelo CONEPE);
18 Alessandro Carvalho de Melo (representante PTES – indicado pelo CONEPE);
19 Tamires Garcia Oliveira (representante discente – indicado pelo CONEPE).
20 Passa-se ao item Resoluções da Pesquisa. O relator Rodrigo apresenta a
21 finalidade da comissão e esclarece que é preciso fazer uma discussão mais
22 aprofundada, pois os Centros atendem não só pesquisa, mas extensão e ensino.
23 E ainda que existam resoluções que regulamentam o funcionamento do centro,
24 resoluções que aprovam projetos de pesquisa a serem realizados nos centros, e
25 assim pede a prorrogação de prazo para a entrega do relatório desta comissão.
26 Questão de ordem, o conselheiro Joniel solicita que seja feito pequeno relatório
27 sobre os assuntos que serão tratados aqui e que sejam enviados por email aos
28 conselheiros para ciência, a presidente informa que serão constituídas as
29 câmaras, e isto será resolvido. Em regime de votação a proposta do pedido de
30 prorrogação de prazo da comissão: 23 votos favoráveis, 00 votos contrários, 02
31 abstenções de voto, ficando aprovada a prorrogação de prazo para a comissão.
32 Passa-se a apresentação da Resolução 057/2015 - Comissão instituída pela



01 Sistema de Gestão Acadêmica quanto à matrícula para o semestre 2016/1 como
02 está regulamentada as matrículas e os critérios de desempates, sendo dois
03 momentos da matrícula: a pré-matrícula e a efetivação da matrícula por meio do
04 sistema, quando não aceita a matrícula daquele aluno respeitados os critérios
05 previstos na resolução, será ofertada nova oportunidade para nova pré-
06 matrícula, podendo se estender por uma semana ou duas, variando de acordo
07 com vagas das disciplinas até que se preencham todas, que espera com esta
08 proposta deixar o processo mais justo, garantindo a participação dos
09 acadêmicos e acesso às disciplinas, que quanto ao coeficiente é preciso corrigir
10 com nova redação para este critério, a partir da simulação no sistema,
11 viabilizando a matrícula. Apresenta detalhadamente os critérios, tendo ainda a
12 contribuição da professora Vera e do professor José Ricardo. Em regime de
13 discussão: o conselheiro Vandoir afirma que um dos questionamentos já foi
14 esclarecido quanto ao não prejuízo aos acadêmicos com baixo coeficiente.
15 Quanto à obrigação de oferta de disciplina até quantas vezes de ofertar. E ainda
16 uma questão de ordem pedagógica quanto aos pré-requisitos, sobretudo porque
17 os cursos de engenharias estão incluindo novamente pré-requisitos em suas
18 matrizes. A presidente esclarece que quanto ao retorno de pré-requisito nos
19 cursos de engenharias serão discutidos com as pró-reitorias. O técnico Eduardo
20 explica que os pré-requisitos já estão regulamentados na normatização e aqui se
21 regulamenta apenas o acesso. O conselheiro Vandoir retoma a palavra de diz
22 que isto deveria se gerar uma expectativa de acesso, se o sistema já está
23 fechado para este aluno quando não tiver cumprido o pré-requisito, sendo
24 esclarecido que sim. A conselheira Lóriége pede esclarecimento quanto a
25 escolha dos acadêmicos por professor superlotando as salas. O técnico Eduardo
26 esclarece que será um total de 48 vagas, podendo ser alterada de acordo com a
27 necessidade. O conselheiro Steffano manifesta parabenizando a gestão quanto
28 aos processos acadêmicos, e que as supervisões tentam dinamizar isso, e que
29 sempre procura informar aos responsáveis quanto a algumas falhas do sistema.
30 Que se preocupa na questão prática, visto os aproveitamentos, que acabam
31 matriculando aluno em algumas disciplinas após já estarem cursando para não
32 ter prejuízos, que alguns ajustes são feitos para cada aluno para que este cole



01 grau sem maiores prejuízos. O conselheiro Joniel pegando o cálculo como
02 exemplo, esclarece que os alunos reprovados vão fazer suas matrículas antes
03 dos alunos aprovados no vestibular como o sistema entende isso? E ainda trata
04 se de alunos sem dependência na disciplina como ele irá fazer a matrícula. O
05 técnico Eduardo esclarece que irá se trabalhar com as oito vagas dos 20% de
06 acréscimo, e que quem nunca foi reprovado tem direito acima dos reprovados,
07 que trabalhamos com sistema de crédito, e que a universidade deve garantir ao
08 aluno o cumprimento do curso no tempo de integralização, ofertando se possível
09 as disciplinas para evitar prejuízos. A mesa consulta o conselho para interrupção
10 da sessão para o almoço. Em regime de votação: 07 favoráveis, 21 contrários,
11 ficando assim aprovada a continuidade deste ponto de discussão. O técnico
12 Eduardo esclarece que o volume dos ingressantes no vestibular é prioridade e
13 daí a complementação das vagas com os outros interessados. Que será preciso
14 se pensar quanto ao ingresso dos acadêmicos antes dos veteranos. A
15 presidente esclarece que em outras IES isto é bastante discutido e aplicado, a
16 proposta do Vander é bastante válida e que seja feito o projeto piloto para
17 testes, e que isto não precisa ser aprovado hoje, pois estamos dando um passo
18 importante e é preciso arrumar a nossa tarefa para reflexões como a matrícula
19 realizada e não cursada, pois não quer o professor, assim o aluno poderá ter
20 acesso a outras ofertas em outros cursos, variando inclusive os professores. O
21 Professor Rodrigo sugere o bloqueio das 40 vagas de entrada para não ter
22 problemas, como fazer para um acadêmico que está devendo uma disciplina e
23 está no último semestre de integralização. A professora Vera explica que esta
24 questão tem a ver quanto ao sistema de créditos que algumas disciplinas
25 teóricas podem ser ofertadas mais de 48 vagas, e que as disciplinas oferecidas
26 nas primeiras fases podem acumular ao final do curso, que o problema é
27 pedagógico e é preciso força conjunta para solução desses problemas. O
28 professor Rodrigo pede que seja garantida exceção para este ponto por ele
29 abordado. O técnico Eduardo esclarece que já é previsto estes tipos de
30 situações e são programadas junto com a coordenação do curso. O conselheiro
31 Hélio entende que é preciso ficar bem clara a resolução para a comunidade
32 acadêmica e que a proposta da comissão é pertinente, pois os itens estão



01 redundantes na resolução. O professor Alexandre Porto esclarece que o que
02 está sendo proposto é questão de critérios, sim ou não, e que ainda se incluiu os
03 alunos dos outros cursos, e assim o sistema vai classificar os alunos, quem é
04 primeiro, segundo e subsequente. O técnico Eduardo e o professor Porto fazem
05 maiores esclarecimentos. O conselheiro Reginaldo esclarece que trabalha na
06 Secretaria Acadêmica e que passa por situações conflituosas quanto a
07 matrículas, e que entende que é preciso a resolução ficar próxima da
08 compreensão para evitar esses problemas, e que para os acadêmicos é questão
09 de um semestre para entender este processo, e que as secretarias devem ter os
10 mesmos critérios, e entende que esta discussão deve voltar-se para os cursos.
11 O professor Alexandre faz esclarecimentos sobre este ponto discutido. A
12 presidente apresenta a proposta do conselheiro Tikao para a exclusão do item I
13 do parágrafo 1º da resolução. A conselheira Lóriége sugere a alteração da
14 redação do artigo 81 tornando-o claro. Em regime de votação: 26 favoráveis,
15 ficando assim aprovada a alteração da proposta, incluindo a alteração da
16 redação do artigo 1. Suspende-se a sessão por duas horas para horário de
17 refeição, com retorno as quatorze horas. Reiniciada a sessão passa-se ao ponto
18 de pauta 3. PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROEG com o
19 item 3.1 Regimento do PIBID. A presidente esclarece quanto ao Programa e
20 passa a palavra as relatoras professora Vera e professora Renata as quais
21 fazem um resumo da proposta trazida a este conselho, tornando esclarecidos
22 todos os conselheiros quanto ao programa, número de vagas, aprovação de
23 subprojetos e sobre os cortes federais, e outras informações sobre o regimento o
24 qual é solicitado pela CAPES, a composição do colegiado da CAP seus
25 representantes e o processo da sua elaboração, bem como outras informações.
26 Em regime de discussão: A conselheira Tamires sugere a alteração do artigo 14
27 do regimento passando a autorizar a participação do acadêmico a partir do
28 primeiro semestre. A relatora esclarece que isto foi discutido com os
29 representantes de coordenadores de áreas. A conselheira defende que deve ser
30 mudado. A relatora esclarece o termo “preferencialmente” já tenha cursado o
31 primeiro semestre, e que já houve casos em que ocorreu a participação de
32 acadêmicos do primeiro semestre participando. A conselheira Lóriége pede a



01 | projeção do artigo 6º do regimento, procedendo a sua leitura e sugerindo que as
02 | atividades dos pibidianos que atuam em locais onde não tem *campi* da
03 | universidade possam estar desenvolvendo suas atividades em núcleos
04 | pedagógicos ou outros espaços, pois não teriam como desenvolver essas
05 | atividades nos *campi* onde por vezes estão lotados seus coordenadores. Sugere
06 | ainda no artigo 11, da composição do PIBID, inciso III e IV, “ser docente em
07 | curso de licenciatura e estar no exercício das atividades de magistério do ensino
08 | superior”, fazendo ressalva quanto a palavra “preferencialmente” acredita que
09 | esta palavra abre muito, e que esta palavra deveria ser excluída, no inciso IV.
10 | artigo 12 coordenador de área, da mesma forma no inciso III e IV retirar a
11 | palavra preferencialmente. A presidente solicita aos conselheiros que tem
12 | destaques na proposta. O professor Rodrigo faz um destaque que os docentes
13 | são docentes das faculdades e não dos cursos e às vezes podem atuar nos
14 | cursos de bacharelado. A conselheira Lóriége reforça que o PIBID é para as
15 | licenciaturas e assim é preciso que o professor esteja ligado às licenciaturas,
16 | pois estabelece uma relação com a escola e a formação pedagógica. A
17 | professora Vera concorda com a fala da professora Lóriége e que o impacto do
18 | programa já valdizou e melhorou a ação pedagógica. A professora Renata
19 | lembra que todos que estão no PIBID são das licenciaturas e que todos que
20 | estão com bolsas não podem se afastarem por mais de quinze dias, sendo
21 | assim é preciso avisar ao programa para suspensão da bolsa, e acima de trinta
22 | dias deverá acontecer a suspensão da bolsa. O conselheiro Vandoir,
23 | observando os artigos 11 e 12, que os mesmos apresentam os mesmos pré-
24 | requisitos, e se tem que ser preferencialmente apenas licenciados, não podendo
25 | participar outros profissionais, restringindo a participação de outros profissionais.
26 | A professora Renata explica o objetivo do programa, e que esta questão é
27 | exigência da própria CAPES, o Pibidiano vai acompanhar o professor em sala de
28 | aula e assim deve ter prévio conhecimento sobre a gestão e atuação
29 | pedagógica, que o regimento atende à portaria n. 046 da CAPES. O conselheiro
30 | sugere então de fechar o texto para apenas licenciados. O conselheiro Luiz
31 | Fernando faz ressalva quanto ao preferencialmente curso de licenciatura, pois
32 | como no caso dos professores das ciências biológicas que não podem atuar. A



01 presidente esclarece que se professor for licenciado e pegar aulas em curso de
02 bacharelado não terá problema e que a quantidade de aulas não impede sua
03 participação. A Lóriége complementa a questão da CAPES, e que estuda a
04 pedagogia no ensino superior e que o PIBID poderia contribuir isso. O
05 conselheiro Marcelo reforça que existem algumas situações em que o professor
06 não tenha esses três anos de experiências. A professora Renata esclarece que
07 isto também é determinação da CAPES, mas que já ocorreu um caso em
08 Cáceres onde se justificou e foi possível a permanência de docente sem este
09 pré-requisito para não trazer prejuízos as ações do programa. O conselheiro
10 Jairo faz menção ao artigo 20 afirmando que este bem genérico o texto, e
11 sugere que o “periódico” seja alterado para semestral ou anual. A conselheira
12 Lóriége pede esclarecimentos quanto ao artigo 17 sobre a ou as coordenações
13 do programa. A relatora explica que com o aumento dos bolsistas aumenta este
14 número de coordenadores de gestão, e que cada um cuida sobre assuntos de
15 determinadas áreas, explica ainda que sempre são realizadas reuniões com os
16 coordenadores e inclusive com as prestações de contas do programa.
17 Encaminhamentos: Propostas 01. Lóriége alterações no artigo 6 alterando a
18 redação. Em regime de votação: 26 favoráveis e 01 abstenção ficando assim
19 aprovada a alteração proposta. Registra-se a declaração de voto do conselheiro
20 Vandesézar: “Abstenção na pauta 3.1 – Regimento PIBID, artigo 6”. Nova
21 redação: Art. 6º O PIBID inclui atividades em período normal e no contra turno
22 nas escolas participantes e nas dependências dos *Campi* ou núcleos
23 pedagógicos ofertantes de cursos de Licenciatura da UNEMAT, envolvendo
24 obrigatoriamente, todos os bolsistas (professores coordenadores, professores
25 supervisores e bolsistas de iniciação à docência) e em situação especial, outros
26 membros das comunidades escolar e acadêmica que queiram colaborar com a
27 execução das ações previstas no Projeto Institucional do PIBID/UNEMAT. Em
28 regime de votação a alteração da redação do artigo 11, acrescentar no inciso ser
29 docente do curso de licenciatura, e no inciso IV retirar a palavra
30 preferencialmente: Em regime de votação: 26 favoráveis e 01 abstenção ficando
31 assim aprovada a alteração proposta. Registra-se a declaração de voto do
32 conselheiro Vandesézar: “Abstenção na pauta 3.1 – Regimento PIBID, artigo



01 11". Nova redação: Art. 11, III. Ser docente graduado em licenciatura e estar em
02 efetivo exercício das atividades do magistério em sala de aula no ensino superior
03 da UNEMAT; IV. Possuir experiência mínima de 03 (três) anos como docente do
04 ensino superior, em curso de licenciatura. A relatora complementa que o termo
05 seria "atuando em cursos de licenciaturas". A conselheira Loriége reforça que
06 tem que ser docente licenciado e atuante em curso de licenciatura. Em regime
07 de votação a alteração da redação do artigo 12, acrescentar no inciso ser
08 docente licenciado e atuante do curso de licenciatura, e no inciso IV retirar a
09 palavra preferencialmente: Em regime de votação: 27 favoráveis, e 01 abstenção
10 ficando assim aprovada a alteração proposta. Registra-se a declaração de voto
11 do conselheiro Vandesézar: "Abstenção na pauta 3.1 – Regimento PIBID, artigo
12 12". Nova redação: III. Ser docente graduado em licenciatura e estar em efetivo
13 exercício das atividades do magistério em sala de aula no ensino superior; IV.
14 Possuir experiência mínima de 3 (três) anos como docente do ensino superior,
15 em curso de licenciatura. Proposta 02. Tamires; alteração no artigo 14, inciso II,
16 "preferencialmente" ser retirado e mantido apenas período letivo, e artigo 18. A
17 conselheira Tamires procede à retirada da proposta. Proposta 03. Professor
18 Valdoir; participação de professores voluntários não licenciados. A relatora Vera
19 faz menção ao artigo 15 que fala sobre esse assunto. A professora Vera acentua
20 que está gostando da discussão, pois esta aproxima pesquisa e extensão, mas
21 que o PIBID é um programa de ensino, o foco é a formação do professor. O
22 conselheiro retira a proposta. A presidente reforça que a bolsa PIBID é tão
23 importante quanto a bolsa PIBIC, e que ainda tem muitas bolsas ociosas, mas
24 na verdade em outras IES muitos atuam como bolsistas voluntários. O professor
25 Samuel informa que existe o PROEXT e que é extensionista desenvolvendo
26 algumas ações e que este programa viabiliza muitos recursos para licenciatura e
27 bacharelado, e que a partir de conversas é que surgem as demandas, e que em
28 2009 no Brasil não se havia uma bolsa para quem faz extensão e pesquisa e
29 isso surgiu logo depois. Que é preciso propor um programa voltado para
30 bacharelado. A presidente afirma que é perfeita as colocações. Proposta 04.
31 Tamires. Alteração no artigo 18, inciso IV, alteração de anual para semestral. E
32 Proposta 05. Jairo. Artigo 20. Apresentação de relatório semestralmente,



01 substituir periodicamente por semestral. A relatora explica que é preciso
02 encaminhar anualmente o relatório para a CAPES e os coordenadores fazem
03 lançamentos no sistema do programa e semestralmente é encaminhado para os
04 coordenadores de áreas. A presidente esclarece que a proposta da Tamires fica
05 comprometida, pois fere o regimento da CAPES e coloca em regime de votação
06 apenas a proposta do conselheiro Jairo: Em regime de votação alteração da
07 redação do artigo 12, acrescentar no inciso ser docente licenciado e atuante do
08 curso de licenciatura, e no inciso IV retirar a palavra preferencialmente: 27
09 favoráveis, 01 contrário, ficando assim aprovada a alteração proposta. Redação:
10 Artigo 20, V. Apresentar ao coordenador de Área de Gestão de Processos
11 Educacionais e ao coordenador institucional relatórios semestrais contendo
12 descrições, análise e avaliação de atividades do subprojeto que coordena. Por
13 fim a proposta do conselheiro Juvenal no artigo 14, inciso III, especificar o que
14 seja bom desempenho, valor exato. A relatora informa que é possível mensurar
15 por meio da avaliação, pensa que quando se coloca mediante as normas da
16 instituição é uma forma de se respaldar. A questão do bom desempenho é bem
17 subjetivo, avalia a relatora Renata, mas afirma que se o acadêmico foi reprovado
18 fazendo parte de uma reprovação em maior número deve ser avaliada, pois caso
19 contrário corre-se o risco de não se ter bolsistas. O professor Rodrigo sugere
20 que seja colocado no item “estar classificados mediante uma lista de demanda”.
21 A relatora Vera lembra que as bolsas dentro da instituição são apenas para
22 premiar os melhores ou também para atender pessoas que necessitam para sua
23 permanência na instituição. O vice-reitor acredita que o edital já dirime sobre
24 estas questões. O Conselheiro Steffano sugere seguir mais ou menos o que o
25 professor Rodrigo falou e retiraria o inciso III e seria um parágrafo único a partir
26 do coeficiente. O conselheiro Roberto Tikao concorda com o edital, mas não
27 garante o exato, e quanto ao desempenho, sugere os critérios II e III votados
28 pela manhã, para concorrer à vaga. A conselheira Lóriége afirma que é preciso
29 se pensar a política desse programa, e que é uma política para estimular a
30 licenciatura, e que em alguns casos o problema é maior, pois os professores
31 vêem os alunos reprovarem e não fazem nada para mudar a situação e que uma
32 pibidiana afirmou que o programa salvou a sua formação em licenciatura. Que



01 nos cursos de licenciatura tem melhor evasão, que não alteraria nada neste
02 inciso. O conselheiro Luiz Carlos afirma que não mudaria nada neste inciso e
03 que o PIBID é um programa que mais tem alcançado êxito na universidade e
04 que se está cumprindo rigorosamente o que está sendo proposto. Que no edital
05 é levado em conta o desempenho acadêmico, e posteriormente é a pontuação
06 do barema como um todo e ainda o terceiro critério a entrevista. A relatora
07 esclarece que o edital é de fluxo contínuo, um único edital para todos os
08 projetos. A proposta do conselheiro Juvenal fica retirada de pauta após os
09 esclarecimentos. A presidente esclarece que todas as inclusões serão feitas
10 nesta resolução para posterior publicação. Passa-se ao ponto de pauta item: 3.2
11 Adequação da Resolução nº 071/2011 – Mobilidade Acadêmica. A professora
12 Vera esclarece que este ponto também já está sendo discutida na ABRUEM,
13 mobilidade interna e externa. Passando a palavra para a relatora professora
14 Maristela, a qual fez a contextualização sobre a pauta, esclarecendo os
15 senhores conselheiros. Destaques: artigo 3, parágrafo terceiro, conselheiros Ralf
16 e Vandoir. Encaminhamento: conselheira Lóriège diz que esta resolução seja
17 matéria de uma câmara setorial visto a importância da comunidade acadêmica
18 hoje. A presidente explica que não teria como compor câmara e depois destitui-
19 la apenas para discutir este ponto, e que cada conselheiro poderá fazer suas
20 considerações. A relatora Vera explica que tem cerca de quarenta alunos
21 aguardando um posicionamento desta resolução e que pensa que deve ser
22 levado em conta a mobilidade acadêmica, e que não se funciona mais em
23 semestres e sim em sistemas de créditos, e que é preciso regulamentar isso.
24 Proposta 01. Conselheiro Vandoir e conselheiro Ralf sugerem a alteração da
25 palavra internacional para estrangeira quando se trata de instituição de ensino.
26 Em regime de discussão: o conselheiro Samuel questiona o que está previsto
27 sobre estágio. A relatora esclarece que depende do respaldo da resolução de
28 estágio. A relatora Vera informa que já tem um programa aprovado chamado
29 extensão sem fronteiras, não foi implementado por questão financeira, que a
30 mobilidade acadêmica tem previsão de teatro e outras atividades, que é lei que
31 10% da matriz tem que ser de extensão. O conselheiro Samuel esclarece que a
32 ciências agrárias é dividida em área e que os acadêmicos nos Estados Unidos



01 recebem uma bolsa e que assim encaminharam quatro alunos e que ao
02 retornarem não conseguiram incluir isto como estágio internamente na
03 universidade ao retornar, que sugere a possibilidade de inclusão deste ponto. A
04 relatora Vera acrescenta que uma questão para se resolver não seria fazer uma
05 menção por disciplinas. A conselheira Lóriége pede destaque no artigo 5, que
06 trata sobre esta questão. A relatora esclarece que nem sempre o professor que
07 recebe esse aluno não concede o aproveitamento a disciplina que cursa e pede
08 que seja cursada novamente a disciplina na Unemat, pois não acontece o
09 mesmo lá. E assim como considerar o que o aluno fez, e que tenha validade
10 aqui. A presidente esclarece que quando se fala em mobilidade acadêmica não
11 é apenas Ciência sem Fronteiras, que é preciso o reconhecimento do
12 conhecimento adquirido e que este seja validado na universidade de origem, os
13 cursos devem se abrir para estas experiências, e a questão é, vamos sair das
14 grades. A resolução é para regulamentar e resolver isso. O conselheiro Luiz
15 Fernando pede questão de ordem, sobre o estágio, a resolução n. 054/2011 –
16 CONEPE, artigo 14, que as ementas dos cursos são semelhantes em todo
17 mundo, e que talvez já estivesse na hora de uma revisão da normatização
18 acadêmica. A relatora Vera afirma que às vezes os alunos na mobilidade podem
19 até ter visto outros conteúdos, mas que ao término do curso ele terá um conjunto
20 de conhecimento a partir da mobilidade. O conselheiro Fernando Selleri pede
21 esclarecimento quanto ao papel do professor tutor que compete à orientação ao
22 aluno da qual disciplina a cursar fora, e quer saber se isto está regulamentado
23 nesta resolução. Sendo informado que a resposta está no artigo 12. A relatora
24 Maristela esclarece que nem sempre o aluno desenvolve o que ele coloca no
25 plano, e que orienta que este aluno seja orientado ainda que voluntariamente no
26 sentido de contribuir neste processo. Que o plano inicial é no sentido de prever
27 componentes para sua formação profissional, sendo orientado pelo corpo
28 docente, sabendo para onde este aluno vai e o que vai cursar. Que ao retornar é
29 realizado o aproveitamento de estudos propriamente dito, observando lá se vai
30 ser aproveitado aqui, logo é preciso ter uma adequação posterior. O conselheiro
31 Vandoir se atenta para o artigo 5, onde fala em 50% do currículo do curso do
32 acadêmico. A relatora afirma que o plano pode ser refeito, passando novamente



01 pelo colegiado de curso, e que isto está previsto no §3º do artigo 5. O
02 conselheiro Fernando Selleri afirma que deve existir a figura do tutor voluntário e
03 que seja contabilizado, ser um vínculo mais formal. A presidente esclarece que a
04 acadêmico tem acesso direto com o programa, e quando aprovado passa pelo
05 colegiado, mas que se o conselheiro achar por bem pode propor a figura do
06 tutor. Questão de ordem do professor Rodrigo: em relação dos tutores, que já
07 tem isso nas pós-graduações e que é possível isso. A relatora Vera lembra que
08 isso já é natural nas pós, nas na graduação é preciso desmistificar que o que se
09 faz aqui não é bom, que é preciso colocar um estrangeiro para ser valorizado.
10 Mas o sentido é o estudante em formação, e que na graduação é a formação, é
11 à base da formação na área, que entende ser diferente esta questão. A
12 conselheira Tamires faz esclarecimento que tem amigos que já fizeram
13 intercambio e que ao retornar aqui o que foi feito em separado não foi aceito em
14 seus campi. Que se fosse para ele ter o mesmo conhecimento daqui não tinha
15 necessidade de ir para fora. A relatora Vera concorda com as colocações, e que
16 isso acontece com os estudantes que tem responsabilidade e que saem para
17 estudar, que é preciso ter um grau de flexibilidade e acha que o plano de
18 trabalho pode ser revisto e o que não pode é o estudante sair e resolver fazer o
19 que bem entender. A relatora Maristela afirma que poderia ser propostos editais
20 de tutores voluntários se for o caso, e que sobre as disciplinas a serem cursadas
21 em mobilidade, tem uma discussão ampla para o caso, que não é possível se ter
22 uma compreensão única do que cursar no intercambio. A presidente esclarece
23 que todas as regras podem ser discutidas e revistas, e para a Tamires o artigo 3
24 já trata isso, e que se os estudantes não se mobilizarem fica difícil. Em regime
25 de votação a Proposta 01 do professor Vandoir: Em regime de votação alteração
26 redação do artigo 03, alterar a palavra internacional para estrangeira: 29
27 favoráveis, 00 contrário, e 00 abstenção ficando assim aprovada a alteração
28 proposta por unanimidade. Redação: III. Celebração de acordo de cooperação
29 com instituições financiadoras. Em regime de votação a Proposta 02.
30 Conselheiro Fernando Selleri; inclusão do papel do tutor voluntário na resolução,
31 mas que seja trazida pela PROEG a redação na próxima sessão do conselho.
32 Em tempo o conselheiro Emivan expressa sua satisfação pela participação neste



01 conselho, pede esclarecimento como está proposta a questão do
02 acompanhamento deste aluno, pois pensa que o coordenador de alguma forma
03 precisa ter um respaldo, ou por meio desse tutor ou por outros meios; que com
04 relação às disciplinas por um lado um alunos que saem para fazer intercâmbio
05 têm muitos ganhos, para precisa ter critérios para ele saber que disciplinas pode
06 fazer lá para chegar aqui e não ter problema. As relatoras esclarecem quanto a
07 estas questões levantadas e que isto será novamente ponto de pauta. A
08 conselheira Lóriége sugere que seja delegado a alguns programas este
09 acompanhamento das especificidades das disciplinas a serem cursadas. A
10 presidente orienta que seja feitos apontamentos para que a equipe da
11 mobilidade faça este estudo, e que este ponto seja discutido na próxima vinda
12 desta resolução. Em regime de votação a proposta 02 do Fernando Selleri: 24
13 favoráveis, 03 contrários, e 01 abstenção ficando assim aprovada a alteração
14 proposta. Registra-se a Declaração de voto do conselheiro Eder Correia
15 Salomão: “Abstive na votação sobre proposta de inclusão de tutor no regimento
16 do PIBID, por não concordar com a proposição”. A presidente informa uma
17 pausa de quinze minutos. Ato contínuo consulta aos conselheiros até que horas
18 irão os trabalhos, se discute este ponto de pauta e encerra a sessão por hoje
19 com retorno amanhã. Consultados quanto à divergência ou outros
20 encaminhamentos fica deliberado que as atividades irão até as vinte horas.
21 Passa-se ao item 3.3 Prorrogação do Programa Integração e Inclusão étnico-
22 racial PIIER. A relatora Vera passa a explanação do item de pauta, explicando
23 que o desdobramento da Sigla é Programa de Integração e Inclusão Étnico
24 Racial, e que a resolução que regulamenta isso na instituição é a nº 200/2004 e
25 nela prevê-se que é de responsabilidade da universidade criar uma comissão
26 para acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa, sendo estabelecido
27 o prazo de 10 anos para que o programa seja executado e após posterior
28 avaliação sejam realizadas as alterações necessárias para a sua manutenção.
29 Vinculada a esta questão tem a resolução em que a UNEMAT faz adesão ao
30 SISU, estando prevista também as cotas para o que nós chamamos de ações
31 afirmativas, ou cotas étnicas raciais. E que o vestibular 2015/2 ainda respaldado
32 por essa resolução foi obedecidas as cotas. Que algumas ações administrativas



01 foram realizadas como a avaliação e a adequação que for proveniente dessa
02 avaliação do nosso programa étnico racial. Considera duas coisas: o PIIER
03 como é estabelecido, ele é um programa de cotas étnicos racial e que se tem na
04 universidade vários programas de ações afirmativas, como a faculdade
05 intercultural indígena em Barra do Bugres, onde o Professor Fernando Selleri já
06 contribui muito com esse programa, sendo formados mais de 400 índios. Essa é
07 uma ação afirmativa muito antes das ações afirmativas terem sido legisladas no
08 nosso país porque começamos em 2000 a oferta de vagas para formação de
09 professores indígenas na nossa faculdade. Então temos a necessidade de
10 discutir também outras ações afirmativas de inclusão e permanência de
11 estudantes surdos, cegos, com deficiência auditiva, com deficiência visual, enfim
12 outras ações afirmativas que hoje não contemplam alguns grupos que
13 entendemos que também deveria contemplar. As comunidades quilombolas, por
14 exemplo, a Universidade Federal de Mato Grosso já tem política para isso, nós
15 não temos na UNEMAT, especificamente pra isso. Portanto as ações afirmativas
16 não se restringem a ofertas de vagas. Que é preciso organizar as ações
17 internas, e que muitos cursos já estão atendendo ações correlacionadas às
18 ações afirmativas, embora não regulamentadas, a exemplo da questão de
19 gênero. Em Tangará um programa já trabalha como linha de pesquisa de
20 literatura afro brasileira e ou africana. Que no curso de medicina isto já está
21 organizado, e que no curso de história já foi contemplada uma vaga nesta área.
22 Esclarece que a universidade já tem muitas ações realizadas neste sentido. Que
23 três frentes estão sendo levantadas: a questão da manutenção na adesão ao
24 SISU, a segunda é a contratação de uma consultoria externa para proceder a
25 um estudo sobre este período, mediante uma avaliação institucional deste
26 período de dez anos. E que é preciso saber como o estudante ficou na
27 universidade, como foi isso, que por vezes são discriminados pelos colegas ou
28 professores, que é preciso mudar toda uma cultura na sociedade para que o
29 acadêmico não seja discriminado. E a terceira é a criação de comissão visando
30 a avaliação da continuidade do PIIER, onde se tem várias instituições
31 envolvidas. Assim justifica a proposta de prorrogação deste programa. Em
32 regime de discussão: o conselheiro Vandoir pede esclarecimento quando se terá



01 estes resultados se não seria viável aguardar para a aprovação. A relatora
02 esclarece quanto à necessidade, pois a resolução venceu em abril. Que seja
03 aprovada para não prejudicar as ações da universidade. A presidente esclarece
04 que a universidade não se eximirá de assumir as políticas afirmativas, e o que se
05 precisa é não deixar de prorrogá-la, e o que é preciso é o acompanhamento e a
06 avaliação desta política pública. A discussão é: primeiro se prorroga o prazo, e
07 entende que ninguém seja contrário, e que é preciso se criar mecanismos para
08 melhorar estas questões dentro da universidade. O conselheiro Vandoir se
09 preocupa, pois o medo é que se aprove e não se tenha os resultados desta
10 política devidamente veiculados, e que se aprova por mais dez anos e daí os
11 resultados possam ser negativos. A relatora esclarece que é por isso que ações
12 paralelas estão sendo feitas. Que recebeu uma proposta de um deputado que
13 80% das vagas sejam para alunos do estado de Mato Grosso, mas que isso já é
14 uma realidade na universidade. Que às vezes tem uma política afirmativa e que
15 às vezes internamente não é garantida a permanência por situações
16 excludentes, que é preciso valorizar a diversidade. Que se tem uma história
17 onde uma professora saiu da sala porque dois rapazes estavam pegando nas
18 mãos. O conselheiro Joniel acredita que se votar isso agora estará votando algo
19 no escuro, pois não se tem resultado de nada, inclusive o que fazer, para se
20 manter no curso. A presidente esclarece que será discutido este ponto junto com
21 a questão da reprovação. O conselheiro Hélio afirma que esta política foi criada
22 por este período e pensa que ela não deve ser ad eterno, e para que neste
23 período fosse organizada a concorrência de igual para igual sem a questão de
24 cotas. Que deve ser aprovada por mais dez anos, até que se tenha um estudo
25 aprofundado sobre o assunto, e levantou que raramente se tenha evasão, e que
26 estas pessoas são excluídas, que se permite seu ingresso, mas não se garante
27 a permanência, assim se deve pensar na inclusão. O professor Paulo Alberto se
28 apresenta e esclarece que há dez anos estuda a política de inclusão de cotas
29 raciais e que a política federal de cotas no SISU é uma realidade, que a
30 consultoria foi acertada e que quanto a comissão esta é interessante, e que os
31 atores envolvidos são bastante representativos. O conselheiro Alexandre lembra
32 quanto ao Programa FOCCO que é voltado para a permanência e que é preciso



01 se colocar datas para isso já se inicia um processo de exclusão. Que é preciso
02 outros programas para garantir a permanência. O conselheiro Steffano esclarece
03 que conhece bem o público alvo das cotas, mas que muitos alunos já estão
04 ocupando vagas de ampla concorrência, e não sendo preciso a divisão de cotas,
05 assim se percebe a situação do estado. Que se preocupa com a questão do
06 ingresso como cotista, mas não sabe avaliar a questão da inclusão dado ao
07 terceiro critério de comprovação em morar há mais de três anos no estado. Que
08 é a favor da cota e que se preocupa quanto à fiscalização deste processo. O
09 conselheiro Eder destaca a preocupação com os resultados encontrado em
10 Pontes e Lacerda com índice altíssimo de evasão, e as causas dessa evasão. O
11 professor Paulo explica que esta universidade pode desenhar uma realidade
12 para a questão da cota, onde esta já atende a demanda das escolas públicas.
13 Que em 2004 se fez um estudo com recorte para as cotas raciais, que durante
14 vinte vestibulares entende que a resolução não foi atendida na sua íntegra, e
15 que é cada vez mais latente a questão dos negros não ingressarem visto a auto
16 declaração que não é feita em conformidade legal. O conselheiro Luiz Fernando
17 acredita que este conselho deva levantar a demanda junto à secretaria
18 acadêmica, e que seja apresentado na próxima sessão, que divulgar os
19 resultados para a sociedade, que já foi contra o sistema de cotas, e que gostaria
20 mesmo de ver os dados, e saber quanto aos egressos. O conselheiro Hélio
21 lembra que os critérios não estão sendo bem observados, que na escolha de
22 bolsa apoio, teve um aluno com sobrenome italiano e que estava concorrendo à
23 bolsa e que não se tem um controle maior nisso, pois a política é para negros de
24 baixa renda. O professor Paulo Alberto reforça que ao longo de vinte
25 vestibulares, que o edital previu a declaração por meio de ONGs, e ainda
26 declaração de fatos discriminatórios o que não está na resolução, que se têm
27 muitos estudos sobre estas políticas e em todos os resultados desses estudos
28 da instituição são positivos. Que apresentou a proposta de um programa para
29 substituir o PIIER, com cursos pré-vestibulares, para ingresso na universidade,
30 um programa que vai antes da universidade até ao doutorado. A profa. Vera
31 Maquea disse que recebeu a proposta e que esta deve ser discutida e
32 apresentada e construída a partir das pessoas que tem interesse no assunto.



01 Que a reunião de maio foi uma reunião convocada pela reitoria, que a pró-
02 reitoria está trabalhando, e a segunda questão é, a prorrogação é para se ter
03 tempo para levantar e avaliar os resultados, e a comissão tem o compromisso de
04 vir aqui nesse conselho para apresentar os resultados. A conselheira Clades
05 propõe a prorrogação por mais seis meses até que se tenham os resultados, e
06 que seja pensada uma proposta de acompanhamento desses acadêmicos. O
07 conselheiro Joniel esclarece que não é contra a prorrogação, mas que gostaria
08 de ter em mãos os resultados. Que a proposta trazida aqui é que as coisas
09 aconteçam paralelamente, e que não seria possível obter em noventa dias, é um
10 trabalho complexo. O conselheiro Vandoir é a favor das cotas, e que gostaria
11 que fosse constado em ata o compromisso de se apresentar os dados o mais
12 breve possível. Registra-se as considerações declaradas em separado para
13 constar em ata do conselheiro Vandoir Holtz: "Constar em ata a urgência da
14 apresentação dos resultados do PITER para que o assunto não fique sem o
15 acompanhamento do CONEPE". Em regime de votação a Proposta 01.
16 Conselheiro Joniel, adiar esta discussão para a próxima sessão. 04 favorável, 26
17 contrários, e 00 abstenção ficando assim reprovada a proposta. Em regime de
18 votação a Proposta 02. Conselheiro Hélio e Ana; prorrogação por igual período:
19 22 favoráveis, 05 contrários, ficando assim aprovada a prorrogação do programa
20 por mais 10 anos. Ficando assim prejudicada a Proposta 03. Conselheira
21 Clades. Prorrogação por seis meses até que se tenha os dados e posterior
22 aprovação por tempo maior. Encerra-se a sessão com retorno no dia dezessete
23 a partir das oito horas. Contabilizado o *quorum*, a presidente inicia a sessão no
24 dia dezessete de julho de dois mil e quinze, no mesmo local, às oito horas com o
25 item de pauta: 3.4 Reestruturação de Projeto Pedagógico do Curso de
26 Bacharelado em Administração Pública – DEAD. O relator Gustavo Bisinoto
27 procede a explanação da pauta, esclarecendo as que as alterações foram
28 realizadas atendendo as orientações do Conselho Estadual de Educação.
29 Ficando esclarecidos os senhores conselheiros, a presidente passa ao regime
30 de votação: 24 favoráveis, ficando aprovada as alterações propostas. Passa-se
31 ao item 3.5 Alteração da nomenclatura do Curso de Códigos de Linguagens –
32 UAB/DEAD – Resolução nº 082/2011-CONEPE. A relatora Daise apresenta a



01 pauta explicando quanto a nomenclatura frente as legislações vigentes. Estando
02 todo esclarecidos passa-se ao regime de votação: 26 favoráveis, ficando
03 aprovada a alteração da nomenclatura por unanimidade. Redação: passa ser
04 nomeado de Curso de Licenciatura em Letras: habilitação em Língua Inglesa e
05 suas respectivas literaturas. Passa-se ao item 3.6 Reestruturação de Projeto
06 Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Computação – Campus Jane
07 Vanini – Cáceres. A relatora Vera faz os esclarecimentos, que as alterações
08 foram realizadas pela professora Rinalda, está apenas sendo alteradas
09 introduções de aspectos legais e nada mais na estrutura geral do PPC, que este
10 curso está em regime de extinção e é apenas para garantir o diploma aos alunos
11 que irão terminar o curso em extinção. A professora Rinalda faz outros
12 esclarecimentos quanto as adequações. Esclarecidos os senhores conselheiros
13 passa-se ao regime de votação: 26 favoráveis, ficando aprovada a alteração
14 proposta. Passa-se ao item: 3.7 Diretoria de Gestão de Graduação Fora de Sede
15 e Parceladas: 3.7.1. Projeto Pedagógico – Bacharelado em Direito – Núcleo
16 Pedagógico de Aripuanã, 3.7.2. Projeto Pedagógico – Bacharelado em Direito no
17 Núcleo Pedagógico de Vila Rica – Campus Universitário do Médio Araguaia. A
18 relatora Vera esclarece quanto a demanda de abertura de cursos, e que se
19 realiza internamente uma conversa com os cursos, que no caso do curso de
20 direito tem um discurso que fica difícil a participação de professores visto a baixa
21 tabela, mas a experiência mostra que tem profissionais sim. Em regime de
22 discussão o primeiro curso de Aripuanã: o conselheiro Eder pede
23 esclarecimentos quanto aos números de cursos oferecidos pelas parceladas. A
24 relatora esclarece que Luciara realiza cursos pelo PARFOR e que são vinte
25 cursos que estão sendo executados na modalidade de parceladas. O
26 conselheiro Joniel lembra que as eleições estão chegando e que garantia se tem
27 que os próximos gestores irão assumir essas despesas. A presidente esclarece
28 que as leis municipais em geral são cumpridas, e o vice reitor esclarece quanto
29 ao processo e aprovação de lei na Câmara Municipal. O conselheiro Vandoir
30 questiona se já existe o convênio ou será formalizado após esta aprovação,
31 sendo esclarecido pela presidente que sim, e que na Câmara de orçamento do
32 CONSUNI é analisado para a deliberação orçamentária, fica esclarecido que já



01 | tem a lei e o convênio só será assinado após a aprovação dos conselhos
02 | superiores. O conselheiro Jesus tece considerações do ponto de vista
03 | pedagógico, que tem problemas sérios, sobretudo em relação à prática jurídica,
04 | e que a formação é para atividade forense. Que o curso de direito de Cáceres
05 | ainda tem problemas de estágio sendo um curso presencial, imagina nesta
06 | modalidade, e ainda não está claro isso na proposta. A presidente afirma estar
07 | consciente quanto a estas questões e que isto será obedecido para retornar ao
08 | conselho. A relatora informa que as demandas chegam a pró-reitoria e é
09 | obrigação desta tomar providências necessárias, que o parecer não é do
10 | professor e sim da comissão constituída para estudo de oferta de curso a
11 | distância, e que na universidade não se realiza este estudo de demanda, e se o
12 | fizesse cerca de quarenta por cento dos cursos não teriam sido abertos na
13 | instituição. A presidente afirma que é preciso se reunir e discutir valorizando o
14 | que se tem de bom. O professor José Ricardo apresenta sugestões para a
15 | realização do estágio. O professor Francisco afirma que alternativas podem ser
16 | buscadas e que não vê maiores problemas. O professor Anderson tece suas
17 | considerações sobre a pauta e que preocupa com a necessidade de se saber
18 | quais são os cursos necessários. O conselheiro Jesus acredita que este estágio
19 | pode ser realizado em escritórios, mas que o projeto não apresenta isso. E pede
20 | esclarecimento se a resolução *ad referendum* que permite a realização de curso
21 | de bacharelado pelas parceladas foi homologada pelo conselho, ficando
22 | esclarecido pela presidente que será feita a reestruturação desta resolução. O
23 | conselheiro Jesus registra que se trata de divergência entre o projeto e o parecer
24 | quanto ao número de vagas e outros pontos que merecem ser esclarecidos e
25 | levados em conta. A mesa consulta os conselheiros se as duas propostas
26 | podem ser votadas em bloco: Em regime de votação: 26 favoráveis, 00 contrário,
27 | e 00 abstenção ficando aprovada a proposta em bloco. Em regime de votação:
28 | 14 favoráveis, 10 contrários, e 03 abstenções ficando aprovada o PPC dos
29 | Cursos de Direito de Vila Rica e de Aripuanã. A proposta 01 feita pelo
30 | conselheiro Jesus; indeferimento do pleito e retorno para adequações, fica
31 | prejudicada visto a aprovação da proposta anterior. Passa-se ao ponto de pauta
32 | 4. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – PROEC 4.1. Alteração do



01 Regimento da Câmara de Extensão (Resolução N° 053/2008-Ad Referendum do
02 CONEPE). O relator Alexandre Porto esclarece o ponto de pauta, explicando as
03 dificuldades para a constituição desta Câmara, que a extensão é definida por
04 áreas temáticas e os professores estão divididos por áreas do CNPQ, mas se
05 propõe uma nova composição para que seja possível viabilizar a questão de
06 bolsas, projetos, e espera a constituição da mesma. O conselheiro Tikao tece
07 maiores esclarecimentos quanto à proposta, levando em conta pessoas
08 envolvidas para a composição da comissão. A conselheira Tamires questiona se
09 há possibilidade de discente participar, e fica informada que deve fazer a
10 proposta. A conselheira Lóriége esclarece que sempre atuou como extensionista
11 e que sempre fez pesquisa pensando em extensão, que após a proposta
12 acredita que se dá um passo para trás quando se fecha quanto a não
13 oportunidade da comunidade externa para as discussões e pensa que no artigo
14 5 deve ser acrescenta a questão discentes e membros da comunidade externa
15 que estejam vinculadas as atividades de extensão. O relator esclarece que
16 acredita ser mais fácil para o funcionamento da Câmara, pois não se tem
17 critérios para composição com membros externos, como fazer a escolha, mas
18 nada impede que tenha a participação de membros externos. A presidente
19 orienta a conselheira Lóriége a fazer uma propositura a mesa. Em regime de
20 votação: A proposta 01. Conselheira Lóriége. Redação: Art. 3º A Câmara de
21 Extensão será constituída pelo Pró-Reitor de Extensão e Cultura e por um
22 representante de cada uma das grandes áreas do conhecimento, conforme
23 definição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –
24 CNPq, por um representante da área de cultura, por um representante da
25 comunidade externa e um representante discente que atuem na extensão: a)
26 Ciências Exatas e da Terra; b) Ciências Biológicas; c) Engenharias; d) Ciências
27 da Saúde; e) Ciências Agrárias; f) Ciências Sociais Aplicadas; g) Ciências
28 Humanas; h) Linguística, Letras e Artes; II. A proposta 02. Conselheira Tamires:
29 Redação: Art. 5º Poderão candidatar-se a membros da Câmara de Extensão os
30 Docentes efetivos, Profissionais Técnicos da Educação Superior e Discente da
31 UNEMAT que atuem em atividades de extensão, assim como representante da
32 comunidade externa ligados a atividade de extensão. Art. 4º, I. O mandato dos



01 Docentes e PTES será de 2 (dois) anos. II. O mandato de membros da
02 comunidade externa e discentes será de 1 (um) ano, prorrogáveis por mais 1
03 (um) ano. A conselheira Loriége esclarece que vai ser uma câmara muito
04 importante para a extensão. Que docentes de outras áreas propõem projetos de
05 extensão de grande relevância. O conselheiro Samuel sugere que neste artigo
06 era interessante se propor a escolha desse membro externo, e fica esclarecido
07 que isto seja feito no regimento da câmara. Proposta 03. Conselheiro Samuel;
08 Redação: Art. 4º A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura fica responsável por
09 conduzir o processo eleitoral para a escolha dos membros da câmara, conforme
10 regimento interno da câmara. Em regime de votação: 27 favoráveis, ficando
11 aprovada por unanimidade as alterações propostas por este conselho, devendo
12 ser incluídas na resolução. Passa-se ao item: 4.2 Redefinição das Áreas e
13 Linhas da Extensão. Onde o relator Alexandre Porto apresenta as readequações
14 das áreas, as quais já foram discutidas nos fóruns de extensão, que foi apenas
15 adequadas as linhas. Em regime de votação: 28 favoráveis, ficando aprovada
16 por unanimidade as readequações propostas quanto as linhas de extensão.
17 Passa-se ao item: 4.3 Núcleo de Pesquisa e Extensão em Política,
18 Planejamento, Organização e Práticas (individual e coletiva) em Saúde. O relator
19 Alexandre Porto esclarece que a proposta deste núcleo passou pelas duas pró-
20 reitorias, de pesquisa e extensão, e faz outros esclarecimentos. Em regime de
21 discussão: O conselheiro Samuel afirma que não se tem como aprovar um
22 núcleo de pesquisa e extensão, e que desde 2009 tenta aprovar um núcleo
23 neste formato. O relator explica que o processo tramitou nas duas pró-reitorias, e
24 atende as duas resoluções a de pesquisa e a de extensão. Mas já está sendo
25 pensado uma resolução única para núcleo de ensino, pesquisa e extensão. Em
26 regime de votação: 28 favoráveis, ficando aprovada por unanimidade o núcleo.
27 Passa-se ao item: 4.4 Centro de Práticas Acadêmicas, Empresariais e
28 Profissionais – CAEP/UNEMAT. O relator esclarece a pauta, e que esta proposta
29 já foi estudada e discutida no *campus*. Em regime de discussão: o professor
30 Rodrigo faz uma observação quanto a estrutura física. A conselheira pede
31 esclarecimentos se trata de um projeto, um centro ou um programa, visto os
32 documentos e os formulários apresentados. O técnico Franchesco e a Josiane



01 esclarecem que ficou uma dúvida quando foi analisado. O professor Francisco
02 lembra que o mesmo será encaminhado ao CONSUNI para aprovação. O
03 professor Rodrigo explica que este centro está sendo proposto dentro de outro
04 centro. A presidente solicita que seja instruído para o CONSUNI a estrutura de
05 centro, com as condições de espaço físico para instalação do centro, o que se
06 está sendo aprovado é uma questão meritocrática. A conselheira Lóriége
07 esclarece que o espaço físico deste centro já é dos professores, é apenas o
08 espaço físico. O conselheiro Fernando Selleri pede esclarecimentos quanto
09 projeto e programa, para ele trata-se de um programa. A conselheira Tamires
10 acredita que não tem capacidade para isso, e que não tem possibilidades para
11 isso agora. O relator explica que está sendo proposto a nomenclatura centro da
12 Unemat, onde se desenvolve as três ações, e faz outros esclarecimentos
13 conforme as orientações passadas pelos proponentes. O professor Rodrigo
14 esclarece que está sendo preciso criar uma resolução que esclareça quanto a
15 criação de centros, até um possível CNPJ para o caso da pesquisa, que não
16 conhece a resolução para extensão, assim pensa que deve estar condicionado a
17 adequações futuras assim que for definida esta resolução. O conselheiro
18 Vandair lembra que é preciso tomar cuidado com esta infraestrutura, pois se
19 pode fazer ações em outros espaços, que o projeto já envolve pessoas e que é
20 preciso ter cuidado para não barrar atividades. O conselheiro Emivan esclarece
21 que o *campus* de Sinop abrigava uma escola até o ano passado e que hoje não
22 está sendo ocupada, e que este espaço já está sendo discutido para ser
23 ocupado por demandas do *campus*, que acredita que este projeto já passou
24 pelas instâncias superiores e então acredita que pode ser desenvolvido com a
25 estrutura que já tenha no *campus*. O professor Francisco explica que não é
26 objeto deste conselho, mas no projeto está vinculado a uma ampliação de dez
27 salas, inclusive no memorial descritivo. Questiona quanto ao aval das
28 instituições mencionadas neste processo. O relator esclarece quanto aos
29 trâmites, e que o CONSUNI que aprova a construção de centro. O conselheiro
30 Hélio lembra que o problema da universidade é em relação a infraestrutura e que
31 é preciso ter cuidado para não viabilizar algumas ações. O professor Ariel
32 esclarece que a preocupação consiste em saber quanto ao laudo de um



01 engenheiro para a ampliação da estrutura. Que está aprovado pelo colegiado
02 regional como projeto de extensão e não como um centro. A conselheira
03 Tamires esclarece que as salas desocupadas pela escola precisa de reforma,
04 pois não estão em condições de uso. O professor Rodrigo lembra que na
05 modalidade de projeto de extensão isso é tranquilo e não se demanda maiores
06 infraestrutura. O técnico Tikao reforça quanto a aplicação das nomenclaturas, e
07 que isto dificulta a análise do projeto. O relator pensa que é preciso ser
08 esclarecido que trata de um centro ou um projeto de extensão, assim pede a
09 retirada de pauta para levantamento de informações para retornar na próxima
10 sessão. Passa-se a pauta: 5. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
11 GRADUAÇÃO – PRPPG 5.2 Regimento do Programa de Pós-graduação Stricto
12 Sensu Mestrado em Geografia – Campus de Cáceres. 5.3 Regimento do
13 Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Doutorado em Linguística – Campus
14 de Cáceres. O relator esclarece sobre os pontos de pauta, e que os regimentos
15 são prerrogativas de análise do CONSUNI e que este submeteu para ciência do
16 CONEPE, que a câmara de legislação do CONSUNI orientou algumas correções
17 e que já foram atendidos. Ficando assim esclarecidos e cientes os conselheiros.
18 Passa-se a pauta: 6. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PRAD 6.1 Minuta
19 de Remoção Temporária. A relatora Ana Lúcia faz a explanação da minuta,
20 esclarecendo aos senhores conselheiros todos os pontos pertinentes a minuta
21 de remoção. A relatora Ana Lúcia esclarece que esse critério de remoção está
22 previsto no edital de remoção anterior. O conselheiro José Wilson questiona se
23 não seria ordem prioridade. E a relatora esclarece que não, pois se observar a
24 Lei Complementar n. 04 que é o estatuto do servidor, existem critérios de
25 remoção seguindo uma legislação estadual. O conselheiro Jesus esclarece que
26 fez uma análise e apresenta algumas questões: Quanto às legislações
27 informadas é preciso esclarecer que não há previsão legal de remoção
28 temporária, não há previsão específica de remoção temporária.
29 Jurisprudencialmente são várias decisões autorizando a remoção temporária
30 caso especialmente de saúde tendo duas questões: “eu posso pedir um
31 afastamento para acompanhamento de familiar por saúde. Só que eu tenho
32 impacto no meu subsídio porque quanto mais tempo eu posso fazer um



01 acompanhamento vai chegar um ponto que vai chegar a 50%. Para remoção
02 temporária pra esses casos é muita válida porque protege o servidor de uma
03 situação de digamos assim de infortuno”. Ao invés de pedir um afastamento
04 pede a remoção temporária porque é uma proteção para o servidor público.
05 Agora tem a questão que não há um regramento específico sobre remoção
06 temporária. Outra questão apontada é o que trata da ocupação da vaga,
07 caracterizada como não definitiva. E nos casos onde a pessoa foi afastada e
08 outro foi colocado tem uma proposta: acreditando que deveria então indicar
09 quem é o ocupante da vaga e o motivo do afastamento. Mas questiona quem vai
10 declarar essa vaga “É a PROEG?” É a coordenação do curso? É a faculdade? E
11 ainda acrescenta a questão do estágio probatório que em caso de remoção deve
12 ser discutido. O conselheiro Ralf esclarece que existem algumas questões na
13 minuta apresentada que geram dúvidas, e interpretações diversas como
14 Diamantino e Nova Mutum que estão fora da remoção temporária porque lá são
15 vagas definitivas. Não tendo professores efetivos que serão eventualmente
16 afastados artigo 6, não consta comprovação de junta médica oficial, e propõe
17 alterar a nomenclatura de “junta médica” para “perícia médica”. Ainda na
18 questão do acompanhamento acadêmico, se permanece vinculado ao *campus*
19 de origem e está prestando atividades no *campus* de remoção. O conselheiro
20 Luiz Fernando pede esclarecimento à PRAD no artigo 6, a pedido do servidor
21 observado o interesse da administração, o que consiste no interesse da
22 administração, é de *campus*, é da reitoria porque se for de *campus* o outro
23 *campus* pode solicitar que o outro transfira e ai provavelmente não seria possível
24 pois a saída poderá gerar discussões. A relatora esclarece que por motivo de
25 saúde ou tratamento de pessoa da família é obrigatória a remoção temporária. O
26 conselheiro questiona o que é interesse da administração, entende quando o
27 removido irá para a gestão. O vice-reitor esclarece que há duas situações: por
28 interesse público e por motivo de tratamento de saúde. A presidente esclarece
29 que não é apenas de interesse da administração central. O conselheiro Tikao
30 lembra que professor Emivan perguntou no início porque não se segue a Lei
31 Federal 8.112, Estatuto Público da União? Porque se tem a própria Lei
32 Complementar nº 04, e corrigindo a resolução a Lei 8.275 não é lei



01 complementar e sim Lei Ordinária do Estado de Mato Grosso, que é preciso se
02 fazer o que a lei diz se não tem é preciso regulamentar, fazer por escrito. O
03 professor Francisco lembra que é possível se regulamentar enquanto instituição
04 pública. O assessor jurídico Thiago advogado explica que remoção não é um
05 direito num primeiro momento, em segundo momento passa a ser um direito isto
06 está apontado na Lei Complementar nº 04, no artigo 11 tem que passar pelo
07 colegiado esse pedido de remoção. Que a universidade tem autonomia para se
08 discutir isso e aprovar esta situação, que é preciso se debater isso com maior
09 profundidade. Existem casos em exceção, que o Tribunal de Justiça julga em
10 separado. A relatora Ana esclarece que remoção a pedido tem que ter interesse
11 da administração, e se a faculdade disser que não é possível, foi por interesse
12 da instituição, ainda que exista a vaga, e temporariamente precisa deste
13 atestado de vaga. O conselheiro Luiz Fernando pensa que o que está sendo
14 colocado como administração é reitoria, ou o *campus* pode manifestar interesse
15 administrativo. A presidente esclarece que interesse administrativo é o parecer
16 dos gestores locais nos *campi*, e há casos que há interesse dos dois *campi*. O
17 conselheiro Emivan esclarece que a administração tem que ser feita pela
18 necessidade da instituição e não para interesses pessoais, que a legislação não
19 pode abrir precedentes. Que a questão do estágio probatório não é interrompida,
20 pois o professor removido irá continuar desenvolvendo suas atividades de
21 ensino, pesquisa e extensão. Que é preciso se entender a questão para que seja
22 utilizada de forma correta e justa. A conselheira Lóriége expressa que quando
23 pergunta é porque pede esclarecimentos, e quanto ao artigo 3, se ocupar vaga
24 onde? É preciso estar claro a questão do atestado de vaga. No artigo 5, que
25 interesse é esse institucional? Vale a pena esclarecer, e quanto ao
26 acompanhamento das atividades acadêmicas, mas se não se declara para onde
27 ele vai como vai declarar isso? A presidente esclarece que institucional somos
28 todos nós, e no artigo 5 é preciso estar claro, com o pedido, o atestado de vaga,
29 que não quer legislar no *campus* de ninguém. É preciso estar claro todo o
30 processo, para não ficar nas costas os problemas, que é preciso se saber as
31 verdades, e saber até onde se pode ir. O conselheiro Jesus esclarece que
32 quanto ao estágio probatório não há impedimentos, é preciso apenas se pensar



01 para não prejudicar o docente, e que na questão do prazo, é preciso estar claro
02 o período, e melhor repensado, e quanto a comprovação da vaga e quem faria o
03 trabalho. O conselheiro Jesus afirma que são possíveis alterações legislativas,
04 pensando em mobilidade, períodos, acredita que isso é extremamente favorável
05 para uma universidade. A professora Vera esclarece que é preciso entender o
06 que é lotacionograma e quadro de atribuição de aula, que é preciso ter a
07 aprovação do parecer do colegiado de curso, respaldado nos lotacionogramas, e
08 fazer o que a pró-reitoria pede. O conselheiro Elei Chavier fala a questão de seu
09 *campus*, e que tem uma demanda coletiva, e que tem um dúvida no Artigo 6 e 7
10 nas linhas a e b os motivos a pedido do servidor independente do interesse da
11 administração para acompanhamento de cônjuge em motivo de saúde e no
12 artigo 7 diz que este período é de 12 meses, e após este período retorna, renova
13 isso como que se faz se precisar prolongar o acompanhamento? E fazer um
14 levantamento dos docentes atuando fora da área de concurso, que isso seria
15 interessante ser feito. A relatora esclarece que estes pontos estão previstos na
16 lei estadual, ou pode se prorrogar ou ainda pleitear remoção definitiva em vaga
17 definitiva. Se a remoção temporária termina é preciso tramitar com antecedência
18 para não haver lapso, caso precise ser prorrogado. A presidente faz menção ao
19 artigo 11 que trata do aval de todos os envolvidos, e é preciso não deixar aberto.
20 O conselheiro Ralf esclarece que é preciso se encontrar um norte para se
21 resolver questões futuras; o que está sendo proposto como vaga, e que no artigo
22 7 e 14 a remoção é para substituição de professores em afastamento, e o
23 removido irá apenas substituí-lo. A professora Vera esclarece que isso melhora
24 o fluxo, quando já se sabe o período do afastamento. O professor José Ricardo
25 esclarece quanto ao interesse da administração, contextualizando o termo
26 dentro da seara da administração pública. A presidente propõe a retirada de
27 pauta para a próxima sessão e que seja constituída comissão com a
28 participação de três docentes, um técnico, e um discente, e acompanhamento
29 por membro da PROEG e PRAD. Ficando assim constituída: Professores Jesus,
30 Samuel Laudelino e Vandersézar, técnico: Tikao e discente: Alexandre, com
31 acompanhamento da PRAD e da PROEG, servidores Ana Lúcia e José Ricardo,
32 sob a presidência do professor Jesus. Passa-se ao ponto de pauta: 7. REITORIA



01 7.1 Constituição de Comissões Temporárias: 7.1.1 Estudo e proposição de
02 ações de combate à evasão e reprovação. Comissão Temporária para um
03 estudo e proposição de ações de combate à evasão e reprovação no ensino de
04 graduação da UNEMAT. Esclarecidos quanto ao papel da comissão temporária
05 e as atribuições para esta comissão, fica constituída a Comissão Temporária
06 para um estudo e proposição de ações de combate à evasão e reprovação no
07 ensino de graduação da UNEMAT, composta pelos seguintes membros Loriege
08 Pessoa Bitencourt (Presidente); Luiz Chieregatto; José Leonildo Lima; Reginaldo
09 Lopes Alencar; Tamires Garcia Oliveira. Passa-se ao item: 7.1.2 Estudo e
10 proposição de ações para cursos com baixa procura. Comissão Temporária para
11 um estudo e proposição de ações para cursos de graduação com baixa procura.
12 Esclarecidos quanto ao papel da comissão temporária e as atribuições para esta
13 comissão, fica constituída a Comissão Temporária para um estudo e proposição
14 de ações para cursos de graduação com baixa procura, composta pelos
15 seguintes membros: Ralf Hermes Siebiger; Juvena Silva Neto; Emivan Ferreira
16 da Silva; Elias Antonio Morgan; Steffano Scarabottolo; Alexandre Pereira do
17 Amaral. Passa-se a item: 7.2 Constituição das Câmaras Setoriais do CONEPE.
18 Esclarecidos os conselheiros quanto ao papel de cada câmara passa se a
19 composição da mesma. Câmara Setorial de Ensino: A Câmara será composta
20 pelos seguintes membros: Vandersézar Casturino (Presidente); Ocimar Edson
21 de Oliveira; Loriege Pessoa Bitencourt; Reginaldo Lopes Alencar; Keila Mara da
22 Costa. Câmara Setorial de Extensão e Cultura: A Câmara será composta pelos
23 seguintes membros: Luiz Fernando Caldeira Ribeiro (Presidente); Samuel
24 Laudelino Silva; Elias Antonio Morgan; Roberto Tikao Tsukamoto Junior; Diego
25 Barros Cunha. Câmara Setorial de Pesquisa e Pós-Graduação: A Câmara será
26 composta pelos seguintes membros: Fernando Selleri da Silva (Presidente);
27 Heloisa Salles Gentil; Marcelo Leandro Holzschuh; Eder Correia Salomão;
28 Tamires Garcia Oliveira. Câmara Setorial de Política Estudantil: A Câmara será
29 composta pelos seguintes membros: Jesus Vieira de Oliveira (Presidente);
30 Celice Alexandre Silva; Elei Chavier; Joniel Santana da Silva; Alexandre Pereira
31 do Amaral. Passa-se ao ponto de pauta: 8. Programa de Pós Graduação Stricto
32 Sensu em Letras a ser executado no Campus Universitário de Sinop. O relator



01 professor Rodrigo faz a apresentação da pauta sendo esta discutida pelos
02 conselheiros. Em regime de votação: 26 favoráveis, ficando aprovada a proposta
03 de submissão a CAPES do Programa de Pós-graduação em Letras. Passa-se ao
04 item 9. Alteração da Resolução 028 que trata da desobrigação de formalização
05 de convênio para a realização de estágio. O relator professor José Ricardo faz a
06 explanação da proposta de alteração em regime de votação fica provada com 26
07 votos favoráveis. Item 10. Inclusão da disciplina Programação II nos PPCs dos
08 cursos de matemática do campus de Barra do Bugres e Sinop em atendimento
09 ao solicitado pelo Conselho Estadual de Educação. A relatora Vera esclarece a
10 propositura que discutida com os conselheiros fica aprovada por unanimidade. A
11 presidente coloca em discussão quanto a definição da data da próxima sessão
12 ordinária do CONEPE, ficando definida a data de 16 e 17 de setembro de 2015
13 para realização da 3ª Sessão Ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e
14 Extensão – CONEPE. Nada mais havendo a tratar a Presidente declarou
15 encerrada a sessão e, eu, Silvana Mara Lente, lavrei a presente Ata, a qual será
16 apresentada aos conselheiros para aprovação na sessão subsequente, e,
17 assinada pela Presidente, pela Assessora dos Conselhos Superiores e por mim
18 secretária *ad hoc*.